



Estratégia
CONCURSOS

Aula 00

Provas Comentadas de Direito Constitucional do CESPE p/ INSS - Técnico do Seguro Social

Professores: Nádia Carolina, Ricardo Vale

AULA 00 – DIREITO CONSTITUCIONAL**Sumário**

| | |
|--|-----------|
| Apresentação..... | 2 |
| Prova de Técnico Judiciário do STJ – 2015 | 4 |
| Prova de Analista Judiciário do STJ – 2015 | 6 |
| Prova de Técnico do TCU - 2015..... | 8 |
| Prova de Diplomata - 2015 | 9 |
| Prova de Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRE-GO - 2015. | 10 |
| Prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do TRE-GO - 2015 | 12 |
| Lista de Questões | 16 |
| Gabarito | 19 |

Apresentação

Olá, pessoal! Tudo bem?

Hoje, damos início ao curso de "**Provas Comentadas CESPE**", focado no concurso do **INSS (Técnico do Seguro Social)**.

Antes, vamos nos apresentar:

- **Nádia Carolina**: Sou professora de Direito Constitucional do Estratégia Concursos desde 2011. Trabalhei como **Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil** de 2010 a 2015, tendo sido aprovada no concurso de 2009. Tenho uma larga experiência em concursos públicos, já tendo sido aprovada para os seguintes cargos: CGU 2008 (6º lugar), TRE/GO 2008 (22º lugar) ATA-MF 2009 (2º lugar), Analista-Tributário RFB (16º lugar) e Auditor-Fiscal RFB (14º lugar).

- **Ricardo Vale**: Sou professor e coordenador pedagógico do Estratégia Concursos. Entre 2008-2014, trabalhei como **Analista de Comércio Exterior** (ACE/MDIC), concurso no qual fui aprovado em 3º lugar. Ministrar aulas presenciais e online nas disciplinas de Direito Constitucional, Comércio Internacional e Legislação Aduaneira. Além das aulas, tenho duas grandes paixões na minha vida: a Profª Nádia e a minha pequena Sofia!! ☺

Em nosso curso para o INSS, você terá a oportunidade de entrar em contato com os principais temas cobrados pelo CESPE. Você poderá ver que essa banca examinadora tem organizado concursos cada vez mais difíceis, com cobrança pesada de doutrina e jurisprudência, inclusive em provas para cargos de Técnico.

Esse curso de "Provas Comentadas" é ideal para aqueles **alunos que já estudaram o Direito Constitucional** e querem fazer uma **rápida revisão** dos assuntos. Se você não tem uma base teórica boa nessa disciplina, esse curso não é para você. Opte por fazer o curso de Teoria + Questões, no qual você terá um grande aprofundamento teórico.

Nosso curso será composto de **4 aulas**, as quais serão disponibilizadas quinzenalmente. Nossa pretensão é a de resolver as questões mais atuais do CESPE/UnB.

| Aulas | Tópicos abordados | Data |
|----------------|---|--------------|
| Aula 00 | TCU – 2015; STJ – 2015 ; IRB – 2015 ; TRE-GO | 28/12 |
| Aula 01 | TRE-GO; TRE-MT – 2015; DPE-RN – 2015 ; TCE-RN – 2015; TELEBRÁS – 2015 Procurador do Ministério Público do TCU - 2015 | 12/01 |
| Aula 02 | AGU – 2015; Procurador do Município de Salvador – 2015; MEC – 2015; MPOG – 2015 | 26/01 |

| | | |
|----------------|--|--------------|
| Aula 03 | FUB – 2015; Juiz Substituto do TJ/PB – 2015; Juiz Substituto do TJDFT – 2015; DEPEN – 2015; Juiz Substituto do TRF 1ª Região – 2015; MPU – 2015; CGE/PI - 2015 | 09/02 |
|----------------|--|--------------|

Abrços,

Ricardo e Nádia

"O segredo do sucesso é a constância no objetivo".



Prova de Técnico Judiciário do STJ – 2015

1. (CESPE / STJ – 2015) Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.

Comentários:

As ações afirmativas (como as cotas raciais para ingresso em Universidades) são mecanismos tendentes à concretização da isonomia material. São discriminações positivas que buscam dar "igualdade de oportunidades" para segmentos específicos da sociedade. Nesse sentido, o STJ dispôs o seguinte:

"ações afirmativas são medidas especiais tomadas com o objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais, sociais ou étnicos ou indivíduos que necessitem de proteção, e que possam ser necessárias e úteis para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que, tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais, e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos" (REsp 1132476/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009)

Questão correta.

2. (CESPE / STJ – 2015) A dimensão substancial da liberdade de expressão guarda relação íntima com o pluralismo político na medida em que abarca, antes, a formação da própria opinião como pressuposto para sua posterior manifestação.

Comentários:

Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão previstos no art. 1º da Constituição:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O pluralismo político faz parte do rol acima (art. 1º, V, CF) e visa garantir a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional. Por isso, guarda íntima relação com a liberdade de expressão, com a possibilidade de que os cidadãos formem sua própria opinião para posterior manifestação.

Questão correta.

3. (CESPE / STJ – 2015) Segundo o pensamento ideológico político-liberal surgido a partir do século XIX, toda constituição deve consagrar direitos fundamentais e a separação de poderes.

Comentários:

A ideologia político-liberal à qual faz menção a questão se manifesta na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que, em seu art. 16, prevê que "toda sociedade na qual não está assegurada a garantia dos direitos nem determinada a separação de poderes, não tem constituição.

O fato de a questão ter dito que o pensamento político-liberal surgiu a partir do século XIX fez com que fosse anulada pela banca. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão foi elaborada ainda no século XVIII.

Questão anulada.

4. (CESPE / STJ – 2015) A constituição é instituto multifuncional que engloba entre seus objetivos a limitação do poder e a conformação e legitimação da ordem política.

Comentários:

Objeto de estudo do Direito Constitucional, a Constituição é a **lei fundamental e suprema de um Estado**, criada pela vontade soberana do povo. É ela que determina a **organização político-jurídica** do Estado, dispondo sobre a sua forma, os órgãos que o integram e as competências destes e, finalmente, a aquisição e o exercício do poder. Cabe também a ela estabelecer as **limitações ao poder do Estado** e enumerar os direitos e garantias fundamentais¹. Questão correta.

¹ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 17.

Prova de Analista Judiciário do STJ – 2015

5. (CESPE / STJ – 2015) O registro do sindicato no órgão competente é exigência constitucional que não se confunde com a autorização estatal para a fundação da entidade.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do art. 8º, I, da CF/88. Veja o que ele determina:

Art. 8º *É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*

I - *a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;*

Para resolver a questão, dois conhecimentos são importantes:

a) O art. 8º, I, CF/88 estabelece que o sindicato **deverá ser registrado** no órgão competente.

b) **Não se exige autorização estatal** para a fundação de sindicato.

Dessa forma, a exigência de registro não se confunde com a autorização estatal para a fundação de sindicato. Questão correta.

6. (CESPE / STJ – 2015) Um cidadão detém, mais que o direito, o dever de opor-se à ordem que, emanada de autoridades públicas, se revele manifestamente ilegal.

Comentários:

O art. 5º, II, CF/88, prevê que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Uma ordem de autoridade pública que seja manifestamente ilegal (contrária à lei) **não deverá ser cumprida**. O cidadão tem o dever de se opor a ordens manifestamente ilegais. Questão correta.

7. (CESPE / STJ – 2015) A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, restringe a invocação da reserva do possível como óbice à concretização do acesso aos direitos sociais.

Comentários:

A teoria da reserva do possível consiste na ideia de que cabe ao Estado efetivar os direitos sociais, mas apenas “**na medida do financeiramente possível**”. A teoria da reserva do possível serve, portanto, para determinar os limites em que o **Estado deixa de ser obrigado a dar efetividade** aos direitos sociais.

Segundo o STF, o mínimo existencial é uma **limitação à cláusula da reserva do possível**.² Isso porque a reserva do possível só poderá ser alegada pelo Poder Público como argumento para a não concretização de direitos sociais uma vez que tenha sido assegurado o mínimo existencial pelo Estado. Em outras palavras, a **reserva do possível somente é invocável após a garantia, pelo Estado, do mínimo existencial**. A garantia do mínimo existencial é uma obrigação inafastável do Estado, não sujeita à reserva do possível.

Por isso, é correto afirmar que o mínimo existencial impede que se invoque a reserva do possível como óbice (obstáculo) para a concretização do acesso aos direitos sociais. Questão correta.

8. (CESPE / STJ – 2015) A livre iniciativa é princípio que subordina as normas de regulação do mercado e de defesa do consumidor.

Comentários:

A questão cobra o entendimento do STF de que **o princípio da livre iniciativa não pode ser invocado para afastar regras de regulamentação do mercado e de defesa do consumidor**.³ Questão errada.

9. (CESPE / STJ – 2015) O princípio da unicidade, que veda a criação, na mesma base territorial, de mais de uma organização sindical representativa de mesma categoria profissional, não alcança entidades que, no âmbito de um mesmo município, mas em bairros distintos, representem a mesma profissão.

Comentários:

Pelo princípio da **unicidade sindical** (art. 8º, II, CF), “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

² STF, RE 639.637. AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 15.09.2011

³ RE 349.686, 14.06.2005.

Segundo esse princípio, **não podem coexistir mais de um sindicato** da mesma categoria profissional (trabalhadores) ou econômica (empregadores) **dentro de uma idêntica base territorial**, que não poderá ser inferior à área de um Município. Assim, não podem existir entidades representativas da mesma profissão em bairros distintos de um mesmo município. Questão errada.

Prova de Técnico do TCU - 2015

10. (CESPE/ TCU – 2015) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.

Comentários:

De acordo com o inciso LXX do art. 5º da Constituição, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) ***partido político com representação no Congresso Nacional;***
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Questão correta.

11. (CESPE/ TCU – 2015) A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém pode nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial; nessa circunstância, a entrada poderá ocorrer em qualquer horário.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso XI do art. 5º da Carta Magna, segundo o qual "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, ***durante o dia, por determinação judicial***". O enunciado está errado ao afirmar que a entrada na casa por determinação judicial poderá ocorrer em qualquer horário. No caso de ordem judicial, só se pode penetrar na casa do indivíduo, sem o seu consentimento, durante o dia. Questão incorreta.

12. (CESPE/ TCU – 2015) No Brasil, é vedada a pena de morte em quaisquer situações.

Comentários:

No Brasil, admite-se, excepcionalmente, a pena de morte no caso de guerra declarada (art. 5º, XLVII, "a", CF). Questão errada.

13. (CESPE/ TCU – 2015) Ofenderá o princípio da impessoalidade a atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração.

Comentários:

A atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração ofenderá o princípio da moralidade, não o da impessoalidade. Questão incorreta.

14. (CESPE/ TCU – 2015) A vedação ao acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende aos empregados das sociedades de economia mista.

Comentários:

O art. 37, inciso XVII, da Constituição, determina que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, **sociedades de economia mista**, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Questão incorreta.

15. (CESPE/ TCU – 2015) O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, podendo ele ser prorrogado enquanto houver candidatos aprovados no cadastro de reserva.

Comentários:

O inciso III do art. 37 da Constituição dispõe que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, **prorrogável uma vez, por igual período**. Questão incorreta.

16. (CESPE/ TCU – 2015) Se for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, será permitido o sigilo dos atos administrativos.

Comentários:

A Constituição permite, sim, que haja sigilo de alguns atos administrativos. O inciso XXXIII da Carta Magna prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Questão correta.

Prova de Diplomata - 2015

17. (CESPE/ IRBr Diplomata – 2015) A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o

brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.

Comentários:

De fato, o brasileiro nato nunca será extraditado. Todavia, há duas hipóteses em que o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado, e não uma: em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei (art. 5º, LI, CF). Questão errada.

18. (CESPE/ IRBr Diplomata – 2015) O princípio da legalidade consiste em estatuir que a regulamentação de determinadas matérias há de fazer-se necessariamente por lei formal, e não por quaisquer outras fontes normativas.

Comentários:

É importante compreendermos a diferença entre o princípio da legalidade e o princípio da reserva legal.

O **princípio da legalidade** se apresenta quando a Carta Magna utiliza a palavra "**lei**" em um sentido mais amplo, abrangendo não somente a lei em sentido estrito, mas todos e qualquer ato normativo estatal, incluindo atos infralegais, que obedeça às formalidades que lhe são próprias e contenha uma regra jurídica. Por meio do princípio da legalidade, a Carta Magna determina a submissão e o respeito à "lei", ou a atuação dentro dos limites legais; no entanto, a referência que se faz é à **lei em sentido material**.

Já o princípio da reserva legal é evidenciado quando a Constituição exige expressamente que determinada matéria seja regulada por **lei formal** ou **atos com força de lei** (como decretos autônomos, por exemplo). O vocábulo "lei" é, aqui, usado em um **sentido mais restrito**.

O enunciado traduz o conceito do princípio da reserva legal, não do princípio da legalidade. Questão errada.

Prova de Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRE- GO - 2015

Julgue o item a seguir, referentes a responsabilidade civil do Estado e licitações.

19. De acordo com a Constituição Federal, somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Comentários:

Tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as **pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos** responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (art. 37, § 6º, CF/88). Trata-se da **responsabilidade civil do Estado**. Questão incorreta.

Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue o seguinte item.

20. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço do Brasil ou de organização internacional.

Comentários:

Segundo o art. 12, I, "b", da Constituição Federal, são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja **a serviço da República Federativa do Brasil**. Essa previsão não se estende ao nascido de pai ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço de organização internacional. Questão incorreta.

Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue o seguinte item.

21. O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.

Comentários:

De fato, qualquer cidadão tem legitimidade para propor ação popular, nos termos do art. 5º, LXXIII, da CF/88:

***LXXIII** - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (...).*

Questão correta.

Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue o seguinte item.

22. Devido ao status que tem uma Constituição dentro de um ordenamento jurídico, a entrada em vigor de um novo texto constitucional torna inaplicável a legislação infraconstitucional anterior.

Comentários:

Com o advento de uma nova Constituição, continuam válidas todas as normas infraconstitucionais com ela materialmente compatíveis, sendo estas recepcionadas pela nova ordem jurídica. Enfatizamos que a recepção depende somente de que exista uma **compatibilidade material** (compatibilidade quanto ao conteúdo) entre as normas infraconstitucionais anteriores e a nova Constituição; a **compatibilidade formal não é necessária**. É importante ressaltar que o **"status" da norma recepcionada é definido pela nova Constituição**. Somente as normas materialmente incompatíveis com a nova Constituição são por ela revogadas. Questão incorreta.

Julgue o item subsecutivo, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

23. Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

Comentários:

O art. 17, I, da Constituição, determina que os partidos políticos devem ter **caráter nacional**. Não pode haver um partido político envolvendo só um Estado-membro ou município, ou o Distrito Federal. Só poderá ser reconhecido como partido político **aquele que tiver repercussão em todo o país**. Isso visa evitar que interesses de grupos minoritários tenham legitimidade, em detrimento daqueles que representam toda a sociedade. Questão incorreta.

Prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do TRE-GO - 2015

Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

24. A norma constitucional que consagra o princípio da anterioridade eleitoral não pode ser abolida por tratar-se de uma garantia individual fundamental do cidadão-eleitor.

Comentários:

O STF considera que o princípio da anterioridade eleitoral é **cláusula pétrea** do texto constitucional, por tratar-se de uma garantia individual fundamental do cidadão-eleitor. Por isso, não pode ser abolida. Questão correta.

Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

25. O direito de antena, previsto pela Constituição Federal (CF), assegura aos partidos políticos a propaganda partidária mediante o acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

Comentários:

O **acesso gratuito ao rádio e à TV**, previsto no § 3º do art. 17, é instituído pelo legislador ordinário, que estabelece anualmente os critérios de sua utilização. Seu objetivo é *“igualizar, por métodos ponderados, as oportunidades dos candidatos de maior ou menor expressão econômica no momento de expor ao eleitorado suas propostas”*.⁴ É o chamado **“direito de antena”**. Questão correta.

Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

26. Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

Comentários:

A legitimidade para propor ação popular é do **cidadão**. Questão incorreta.

Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

27. Ninguém será privado de direitos por motivo de convicção política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Essa norma constitucional, que trata da escusa de consciência, tem eficácia contida, podendo o legislador ordinário restringir tal garantia.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso VIII do art. 5º da CF/88:

VIII - *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (...).*

Trata-se de norma constitucional de eficácia contida. Todos têm o direito, afinal, de manifestar livremente sua crença religiosa e convicções filosófica e política. Essa é uma garantia **plenamente exercitável**, mas que **poderá ser restringida pelo legislador**.

Questão correta.

⁴ STF, ADI 956, DJ de 20.04.2001.

Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

28. Suponha que José, casado com Míriam e prefeito de um município brasileiro, venha a falecer dois anos após ter sido eleito. Nessa situação, Míriam pode se candidatar e se eleger ao cargo antes ocupado por seu marido nas eleições seguintes ao falecimento.

Comentários:

Não há qualquer impedimento a que Miriam se candidate ao cargo de Prefeito. Questão correta.

Julgue o item a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro, às disposições gerais dos servidores públicos e ao processo legislativo.

29. O ato de improbidade administrativa praticado por servidor público, quando apurado e reconhecido mediante devido processo administrativo, resulta na cassação dos direitos políticos.

Comentários:

A Constituição Federal veda, em seu art. 15, a cassação de direitos políticos. A privação de direitos políticos somente pode se dar por perda ou suspensão, nos termos do dispositivo mencionado:

***Art. 15.** É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:*

***I** - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;*

***II** - incapacidade civil absoluta;*

***III** - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;*

***IV** - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;*

***V** - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.*

A Carta Magna **não explicita quais são os casos de perda e quais são os casos de suspensão** dos direitos políticos. Entretanto, segundo a doutrina, esses dois institutos apresentam as seguintes diferenças:

a) A perda se dá por prazo indeterminado, enquanto a suspensão pode se dar tanto por prazo determinado quanto por indeterminado;

b) Na perda, a reanquisição dos direitos políticos não é automática após a cessação da causa; na **suspensão, a reanquisição é automática.**

Desse modo, para a maior parte dos doutrinadores, tem-se a perda nos incisos I e IV do art. 15 da CF e suspensão nos demais incisos. Questão incorreta.

Lista de Questões

Prova de Técnico Judiciário do STJ – 2015

- 1. (CESPE / STJ – 2015) Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.**
- 2. (CESPE / STJ – 2015) A dimensão substancial da liberdade de expressão guarda relação íntima com o pluralismo político na medida em que abarca, antes, a formação da própria opinião como pressuposto para sua posterior manifestação.**
- 3. (CESPE / STJ – 2015) Segundo o pensamento ideológico político-liberal surgido a partir do século XIX, toda constituição deve consagrar direitos fundamentais e a separação de poderes.**
- 4. (CESPE / STJ – 2015) A constituição é instituto multifuncional que engloba entre seus objetivos a limitação do poder e a conformação e legitimação da ordem política.**

Prova de Analista Judiciário do STJ – 2015

- 5. (CESPE / STJ – 2015) O registro do sindicato no órgão competente é exigência constitucional que não se confunde com a autorização estatal para a fundação da entidade.**
- 6. (CESPE / STJ – 2015) Um cidadão detém, mais que o direito, o dever de opor-se à ordem que, emanada de autoridades públicas, se revele manifestamente ilegal.**
- 7. (CESPE / STJ – 2015) A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, restringe a invocação da reserva do possível como óbice à concretização do acesso aos direitos sociais.**
- 8. (CESPE / STJ – 2015) A livre iniciativa é princípio que subordina as normas de regulação do mercado e de defesa do consumidor.**
- 9. (CESPE / STJ – 2015) O princípio da unicidade, que veda a criação, na mesma base territorial, de mais de uma organização sindical representativa de mesma categoria profissional, não alcança entidades que, no âmbito de um mesmo município, mas em bairros distintos, representem a mesma profissão.**

Prova de Técnico do TCU - 2015

10. (CESPE/ TCU – 2015) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.
11. (CESPE/ TCU – 2015) A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém pode nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial; nessa circunstância, a entrada poderá ocorrer em qualquer horário.
12. (CESPE/ TCU – 2015) No Brasil, é vedada a pena de morte em quaisquer situações.
13. (CESPE/ TCU – 2015) Ofenderá o princípio da impessoalidade a atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração.
14. (CESPE/ TCU – 2015) A vedação ao acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende aos empregados das sociedades de economia mista.
15. (CESPE/ TCU – 2015) O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, podendo ele ser prorrogado enquanto houver candidatos aprovados no cadastro de reserva.
16. (CESPE/ TCU – 2015) Se for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, será permitido o sigilo dos atos administrativos.

Prova de Diplomata - 2015

17. (CESPE/ IRBr Diplomata – 2015) A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.
18. (CESPE/ IRBr Diplomata – 2015) O princípio da legalidade consiste em estatuir que a regulamentação de determinadas matérias há de fazer-se necessariamente por lei formal, e não por quaisquer outras fontes normativas.

Prova de Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRE-GO - 2015

19. De acordo com a Constituição Federal, somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

20. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço do Brasil ou de organização internacional.

21. O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.

22. Devido ao status que tem uma Constituição dentro de um ordenamento jurídico, a entrada em vigor de um novo texto constitucional torna inaplicável a legislação infraconstitucional anterior.

23. Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

Prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do TRE- GO - 2015

24. A norma constitucional que consagra o princípio da anterioridade eleitoral não pode ser abolida por tratar-se de uma garantia individual fundamental do cidadão-eleitor.

25. O direito de antena, previsto pela Constituição Federal (CF), assegura aos partidos políticos a propaganda partidária mediante o acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

26. Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

27. Ninguém será privado de direitos por motivo de convicção política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Essa norma constitucional, que trata da escusa de consciência, tem eficácia contida, podendo o legislador ordinário restringir tal garantia.

28. Suponha que José, casado com Míriam e prefeito de um município brasileiro, venha a falecer dois anos após ter sido eleito. Nessa situação, Míriam pode se candidatar e se eleger ao cargo antes ocupado por seu marido nas eleições seguintes ao falecimento.

29. O ato de improbidade administrativa praticado por servidor público, quando apurado e reconhecido mediante devido processo administrativo, resulta na cassação dos direitos políticos.

Gabarito

| | |
|------------|---------|
| 1. | CERTA |
| 2. | CERTA |
| 3. | ANULADA |
| 4. | CERTA |
| 5. | CERTA |
| 6. | CERTA |
| 7. | CERTA |
| 8. | ERRADA |
| 9. | ERRADA |
| 10. | CERTA |
| 11. | ERRADA |
| 12. | ERRADA |
| 13. | ERRADA |
| 14. | ERRADA |
| 15. | ERRADA |
| 16. | CERTA |
| 17. | ERRADA |
| 18. | ERRADA |
| 19. | ERRADA |
| 20. | ERRADA |
| 21. | CERTA |
| 22. | ERRADA |
| 23. | ERRADA |
| 24. | CERTA |
| 25. | CERTA |
| 26. | ERRADA |
| 27. | CERTA |
| 28. | CERTA |
| 29. | ERRADA |

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.